

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 566 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 3



Utilidade Marginal

João Silvestre
jsilvestre@expresso.imprensa.pt

O ESTRANHO CASO DE TOMÁS CORREIA

Pode estar por dias a saída de Tomás Correia da presidência da Associação Mutualista Montepio Geral. Assim, sem mais, até poderia ser uma notícia normal na vida de uma organização. Só que este não é um presidente qualquer. É António Tomas Correia, o homem que tem controlado o Montepio com mão de ferro e que, contra tudo e contra todos, parece determinado a não sair ou só a sair à força. O que muda agora? Pode estar iminente uma avaliação negativa à sua idoneidade por parte do regulador dos seguros, a Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Teremos de esperar para ver se assim é.

Para se ter uma ideia de quem é Tomás Correia e como se conseguiu perpetuar à frente do grupo Montepio — primeiro no banco até 2015 e,

desde então, na Associação Mutualista Montepio Geral — nada como ler o detalhado perfil, assinado por Anabela Campos e Isabel Vicente, nas páginas da revista E desta edição. Ali é possível perceber a teia de complexidades e apoios que o gestor foi acumulando ao longo de anos e que o terão ajudado a manter-se em funções apesar das muitas dúvidas que pairam sobre ele. A começar por parte do Ministério Público. Sabe-se desde janeiro de 2017, com uma notícia do Expresso, que é arguido num processo que envolve também Ricardo Salgado e o construtor José Guilherme por ter alegadamente recebido €1,5 milhões e onde estão em causa crimes como burla, branqueamento de capitais ou fraude fiscal. Mas também por parte do Banco de Portugal (BdP) que o condenou a uma coima de €1,25 milhões

por irregularidades como gestor do Banco Montepio entre 2009 e 2014. Uma condenação, entretanto, revertida pelo Tribunal de Santarém que decidiu que o supervisor deve fazer nova acusação para dar direito de defesa aos arguidos e da qual o BdP recorreu.

Fundamental, também, é ver a lista de 'amigos'. Ajuda a perceber como foi possível que se tenha escapado entre os pingos da chuva da supervisão durante tanto tempo. Primeiro, a Associação Mutualista Montepio Geral era supervisionada pelo Governo — mais concretamente pelo ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social —, que nada fez. Depois, em 2018, a lei foi alterada e a supervisão passou para a ASF, mas o anterior presidente também nada fez e foi necessário um decreto interpretativo do Governo para que não restassem dúvidas sobre a competência do supervisor para avaliar a idoneidade de Tomás Correia. Finalmente, em

O presidente da Associação Montepio é arguido num processo e foi condenado pelo Banco de Portugal, mas a sua idoneidade só agora está a ser avaliada

junho, Margarida Corrêa Aguiar assumiu a liderança da ASF e iniciou um processo de avaliação de idoneidade que está a chegar ao fim. Pelo meio, passaram quase três anos desde que se soube que Tomás Correia é arguido num processo relacionado com a sua gestão do Banco Montepio sem que nada tenha acontecido.

A associação gere poupanças de mais de 600 mil associados, com responsabilidades de cerca €3 mil milhões, e tem no Banco Montepio — quer o capital quer a dívida — o principal ativo. Os associados são, indiretamente, uma espécie de acionistas do banco. E tudo está ligado. Não é por acaso que a situação suscita preocupações no sector financeiro. Como o "Público" noticiou esta semana, dois membros do Conselho Consultivo do Banco de Portugal, João Talone e João Costa Pinto, interpelaram diretamente os responsáveis do supervisor por causa do Montepio numa reunião em 2018. Falaram em esquema Ponzi, uma pirâmide, e num caso semelhante ao do Espírito Santo.

No que diz respeito ao BES, o Banco de Portugal foi acusado de ter demorado a afastar Ricardo Salgado e de nesse período o banqueiro ter alegadamente realizado muitas operações ruins. No Montepio, passou muito mais tempo. Mas a preocupação não parece ser grande. Estranho, muito estranho.